

## **PROJETO DE LEI N.º 4.307, DE 2021**

(Do Sr. Heitor Freire)

Altera o art. 9º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, visando a reunir em um só documento o registro de arma de fogo e a autorização de porte e de transporte de arma de fogo para a categoria colecionadores, atiradores e caçadores.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-909/2021.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL** Art. 137, caput - RICD

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. HEITOR FREIRE)

Altera o art. 9º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 — Estatuto do Desarmamento, visando a reunir em um só documento o registro de arma de fogo e a autorização de porte e de transporte de arma de fogo para a categoria colecionadores, atiradores e caçadores.

#### O Congresso Nacional decreta:

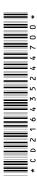
Art. 1º Esta Lei altera o art. 9º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, visando a reunir em um só documento, disponível em formato físico e digital (eletrônico), o registro de arma de fogo e a autorização de porte e de transporte de arma de fogo para a categoria colecionadores, atiradores e caçadores.

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

Parágrafo único. O certificado de registro de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores, renovável a cada 5 (cinco) anos, disponível em formato físico e digital (eletrônico), autorizará o porte e o transporte da arma, pelo seu proprietário,





em todo o território nacional; observação que constará do referido certificado." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em se tratando com país como o Brasil, onde foi sendo constituído ao longo de décadas um profundo preconceito contra as armas de fogo, o excesso de burocracia se tornou não só um óbice de acesso aos mecanismos de defesa pessoal pelo cidadão de bem, mas também um instrumento de coerção e de constrangimento.

Uma das facetas desse burocratismo reside nas normas regentes das atividades dos colecionadores, atiradores e caçadores. Dessa categoria é exigido não somente a conformidade com a lei através do Certificado de Registro (CR), Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF) e Guia de Tráfego (GT), mas que levem consigo toda essa "papelada" física.

Muita burocracia, um acúmulo abundante de taxas e mesmo assim não tem evitado ações de constrangimento contra CAC's, que inclusive têm sido alvo de prisão decorrente do desconhecimento da legislação por parte dos agentes de fiscalização.

Além disso, a exemplo da própria Carteira Nacional de Habilitação, a disponibilização do CRAF em formato digital (eletrônico), sistematizada e passível de conferência em tempo real pelas próprias autoridades é uma realidade da qual não há mais volta, em pleno acordo com a era digital que vivemos.

Na exata medida em que se pode desburocratizar, desemperrando a máquina burocrática, apenar menos os bolsos do cidadão e manter o controle do Estado sobre as armas em circulação, não se justificam





Apresentação: 06/12/2021 13:39 - Mesa

as normas vigentes, devendo haver a unificação dos documentos em um só, como propõe, agora o Projeto de Lei de nossa lavra.

Importante frisar que não se pretende através da presente proposição abrir mão de qualquer obrigação vigente referente aos CAC's. Caberá ao atirador atestar a sua conformidade com o CR, o CRAF e GT, como vem sendo requerido até então. Propõe-se tão somente a unificação de documentos e sua disponibilização em formato digital, visando a desburocratização e maior segurança jurídica, tanto para o CAC quanto para as autoridades competentes.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nossos nobres pares para fazer este Projeto de Lei prosperar.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado HEITOR FREIRE





#### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

#### **LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003**

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.

# O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: CAPÍTULO III DO PORTE

Art. 9º Compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

- Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.
- § 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:
- I demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;
  - II atender às exigências previstas no art. 4º desta Lei;
- III apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente.
- § 2º A autorização de porte de arma de fogo, prevista neste artigo, perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.

# FIM DO DOCUMENTO